

CARTA ABERTA À MINISTRA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

À Ministra Luciana Santos Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

Assunto: Defesa das Carreiras de Ciência e Tecnologia visando reforço estrutural para enfrentar desafios estratégicos da Agenda pela Ciência.

Excelentíssima Senhora Ministra,

A Associação Nacional dos Servidores do MCTI (ASCT) e demais entidades signatárias dirigem-se respeitosamente a Vossa Excelência para cumprimentá-la pelo esforço de articulação interinstitucional com o Congresso Nacional para **priorizar a Agenda pela Ciência**.

Ao mesmo tempo, manifestamos profunda **preocupação com a insuficiência da atual estrutura, equipe e orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação** para responder às demandas sociais e políticas pela transformação digital e pela soberania tecnológica do Brasil.

Segundo dados atualizados do <u>Painel Estatístico de Pessoal</u>, **há 2.136 cargos vagos nas carreiras de Ciência e Tecnologia no MCTI**, incluindo 145 Analistas (22,4%), 221 Pesquisadores (22,7%) e 378 Tecnologistas (33,6%), além de centenas de vagas para assistentes (775) e técnicos (615). É necessário fazer gestão estratégica das Carreiras para reforço estrutural do Ministério, incluindo a articulação política para a criação de novos cargos junto ao Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI).

Cargos Aprovados, Vagos e Ocupados por Cargos							
Nome do Cargo	∠ Código do Cargo	Cargos Ocupados	Cargos Ocupados (%)	Cargos Vagos	Cargos Vagos (%)	Cargos Vagos (% da linha)	Total de Cargos Aprovados
	-	2.877	57,4%	2.136	42,6%	100,0%	5.013
ANALISTA EM CIENCIA E TECNOLOGIA	407001	501	77,6%	145	22,4%	6,8%	646
ASSISTENTE EM CIENCIA E TECNOLOGIA	407002	529	40,6%	775	59,4%	36,3%	1.304
PESQUISADOR	405001	606	73,3%	221	26,7%	10,3%	827
PESQUISADOR - JORN 24 H - DEC JUD	405002	1	33,3%	2	66,7%	0,1%	3
TECNICO	406003	493	44,5%	615	55,5%	28,8%	1.108
TECNOLOGISTA	406002	747	66.4%	378	33.6%	17.7%	1.125

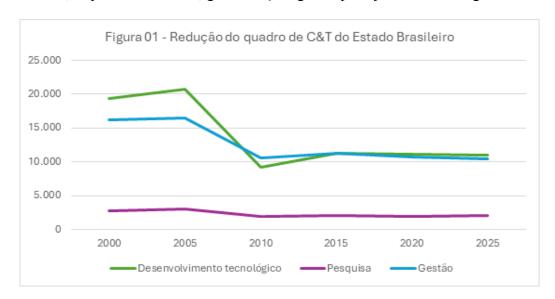




No PLOA 2026, o orçamento do MCTI prevê R\$11,718 bilhões para as despesas discricionárias (acréscimo de 12,25% em comparação a 2025). Neste valor, no entanto, inclui-se recursos do FNDCT não-reembolsável (R\$8,788 bilhões), unidade orçamentária com maior peso no orçamento do MCTI. Assim, em 2026, o MCTI terá R\$3,231 bilhões sob sua Administração Direta, o que corresponde a aumento de apenas 2% (as perdas inflacionárias dos últimos 12 meses foram de 5,23%).

Em 2026, todas as Unidades de Pesquisa apresentam orçamentos aquém das necessidades mínimas de funcionamento, pois tiveram apenas 17,45% da demanda orçamentária atendida no PLOA 2026 enviado ao Congresso Nacional: 10 tiveram pequeno acréscimo orçamentário (INPE, INSA, ON, CBPF, INT, INPA, INMA, MPEG, IBICT e LNCC), quatro passaram por cortes (CTI, MAST, CEMADEN e LNA), e três mantiveram seus orçamentos de 2025 (INPP, CETENE e CETEM).

Neste cenário, observa-se acúmulo de agendas críticas em poucos setores, com equipes reduzidas e baixo orçamento para pesquisa e implementação de políticas. Essa estrutura inviabiliza respostas ágeis para temas como inteligência artificial (IA), computação de alto desempenho (HPC), robótica, internet das coisas (IoT), segurança cibernética, software livre, arquiteturas abertas, governança digital e planejamento estratégico.



Em seu conjunto, tais lacunas comprometem a capacidade do Estado de formular e executar suas políticas estratégicas e prioritárias, definidas tanto no <u>PPA 2024-2027</u> quanto nas agendas transversais do Governo Federal.





O que fazer agora?

- Defesa Transversal das Carreiras de C&T: É imperativo valorizar e recompor os quadros com a contratação de analistas, tecnólogos e pesquisadores, ocupando cargos vagos já aprovados, criando cargos prioritários, realocando servidores e facilitando sua mobilidade em prol da oxigenação das próprias instituições. Além disso, é fundamental reinstalar o Conselho do Plano de Carreira de Ciência e Tecnologia (CPC), o qual tem competência para a gestão estratégica desenvolvimentista e para a soberania nacional. Somente com melhores condições de trabalho e o fortalecimento do capital humano será possível ampliar a capacidade técnica e institucional necessária para a formulação e implementação de políticas estratégicas voltadas à soberania digital.
- Oportunidade única: É urgente aproveitar e convocar os aprovados em Cadastros Reserva em concursos vigentes, tanto do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU) para Analistas em C&T, quanto de concursos recentes de entidades vinculadas para Tecnólogos e Pesquisadores. Essa janela não se repetirá em curto prazo, especialmente considerando que o CPNU tem validade de apenas um ano após sua homologação (6 de março de 2025), podendo ser prorrogado por igual período. A convocação célere e tempestiva é essencial. Adicionalmente, solicitamos a alteração do Decreto nº 9.739/2019, que limita a contratação do cadastro reserva em até 25%; esse dispositivo, criado no governo anterior, limita a possibilidade de ampliar os quadros.
- Transformação Digital e integração com a agenda de soberania digital: Um dos temas mais sensíveis dentro do MCTI que necessita de reestruturação e reforço de pessoal são áreas como IA, HPC, IoT, segurança cibernética, software livre, arquiteturas abertas e regulação digital. A corrida global por tecnologias críticas e a dependência crescente de plataformas estrangeiras exigem ação imediata para evitar que o Brasil agudize sua dependência estrutural em uma sociedade cada vez mais digital. Sugere-se ao MCTI, incluindo suas entidades vinculadas, a criação de coordenações especializadas para fortalecer seu papel como pilar técnico e político do Governo Federal de excelência.

Alertamos que sem priorização alocativa de recursos, sem reforço institucional e sem reafirmar o compromisso com seu capital humano valorizado e coordenado, o Brasil corre sério risco de perder protagonismo na economia digital e comprometer sua soberania tecnológica, bandeira cara ao seu partido político.





Contamos com a liderança de Vossa Excelência para corrigir esse rumo, fortalecer a governança do MCTI e preservar o que temos de mais valioso: a credibilidade da C&T como política transversal e prioritária do Estado.

Como organização associativa nacional dos Servidores das Carreiras de C&T do MCTI, a ASCT coloca-se à disposição para contribuir com estudos e articulações necessárias para robustecer essa Agenda pela Ciência.

Na oportunidade, **solicitamos reunião para encaminhar e contribuir com as soluções** ao fortalecimento das Carreiras de C&T de forma alinhada aos interesses do país.

Brasília/DF, 05 de novembro de 2025.

Ana Paula Sampaio Volpe
Presidente da ASCT

Dalton Tria Cusciano
Michele Cristina S. Melo
Fundacentro
Presidente da ASAEB
Presidente da ASCAPES

